

*Divinização e religiosidade sob o imperador Trajano na concepção de Plínio, o jovem**

ALEX APARECIDO DA COSTA^{*1}

Universidade Estadual de Maringá

RENATA LOPES BIAZOTTO VENTURINI^{*2}

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Durante o Principado romano as práticas e as construções políticas encontravam-se profundamente marcadas pela ambiguidade. A necessidade de adequação entre o poder imperial, concentrado na mão do César, e as tradições morais, defendidas pelo Senado, traduzia-se muitas vezes em construções marcadas por contradições e paradoxos justificadores do estabelecimento de um *modus vivendi* que favorecesse a acomodação dos valores antigos com a realidade política do período. O *Panegírico de Trajano* é um exemplo desse tipo de construção, pois nele seu autor, Plínio, o Jovem, buscou aproximar divergências de ideias em favor das práticas políticas impostas pelo regime. É dessa forma que a divinização e a religiosidade em torno do imperador Trajano são tratadas no discurso pliniano, obedecendo a uma busca de conciliação entre os diversos fatores que orbitavam a política imperial romana.

Palavras-chave: Divinização; Culto imperial; Tradição.

Abstract: During the Roman Principate practices and political constructions they found themselves deeply marked by ambiguity. The need to fit between the imperial power, concentrated in the hand of Caesar, and moral traditions, advocated by the Senate, translated are often in buildings marked by contradictions and paradoxes justifiers establishment of a *modus vivendi* that would favor the accommodation of old values with political reality of the period. The *Panegyric of Trajan* is an example of this type of construction, because in it the author, Pliny the Younger, sought to bring divergent ideas in favor of political practices imposed by the regime. This is how the deification and religiosity around the emperor Trajan are treated in Pliny's speech, according to a search for balance between the various factors that encircled the Roman imperial policy.

Keywords: Deification; Imperial worship; Tradition.

* Recebido em 02 de fevereiro de 2016 e aprovado para publicação em 03 de junho de 2016.

^{*1} Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. graduado em História e Letras pela mesma instituição. Pesquisador do LEAM - Laboratório de Estudo Antigos e Medievais. E-mail: aleks_1979@hotmail.com.

^{*2} Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do LEAM - Laboratório de Estudos Antigos e Medievais. E-mail: rlbv65@gmail.com.

Introdução

As correlações entre política e religião ao longo dos tempos tiveram um capítulo destacado durante o Principado romano com o aparecimento do culto imperial. Neste período da história, iniciado com a ascensão de Augusto em fins do século I a. C., os césares gozavam de amplas prerrogativas para dirigir os destinos dos povos governados por Roma, contudo, tal poder não era absoluto. Fazia-se necessária uma complexa e delicada negociação, especialmente com as elites senatoriais, cujos membros condicionavam a aceitação do poder imperial à obediência do príncipe a diretrizes que remetiam diretamente às tradições republicanas. Tais preceitos exigiam um alinhamento da postura do governante com os antigos valores morais da *Urbs*, entre eles a *virtus* e o *mos maiorum*. O primeiro exaltava a devoção do homem político aos interesses da *res publica*, o segundo englobava a ideia de que a grandeza de Roma assentava-se sobre os costumes ancestrais romanos que, portanto, deveriam ser respeitados, sobretudo, pelos homens públicos.

Desde meados do período republicano as ideias políticas, aqui destacadas, *virtus* e *mos maiorum*, junto com outros valores romanos, passaram a sofrer a influência da filosofia estoica,¹ que com seus aspectos morais fornecia suporte ao poder imperial na medida em que auxiliava na adequação dos valores antigos a uma realidade política que trouxera a necessidade da centralização de poder nas mãos dos imperadores. No interior dessa complexa relação entre valores culturais e demandas políticas o culto aos imperadores romanos apareceu como um importante suporte ao poder dos césares, todavia, essa nova espécie de religião do Estado não resultava pura e simplesmente na divinização e adoração dos césares reinantes, o que era

¹ O estoicismo foi fundado na Grécia em fins do século IV a.C. por Zenão de Cítio. Chegou em Roma por volta do século II a.C., onde passou a influenciar as ações dos altos círculos aristocráticos republicanos. Filosofia complexa, propunha questões nos campos da lógica e da física, porém, foi a discussão da moral estoica que teve mais destaque durante a época imperial. Seus apelos à moderação, ao desapego das paixões, à aceitação do destino e a busca da sabedoria como forma alcançar a virtude eram bem vistos pelos senadores como forma de organizar a política e, sobretudo, humanizar a conduta dos imperadores.

amplamente contrário às tradições da *Urbs*. Nesse sentido, as ambiguidades do sistema do Principado marcavam também o modelo de devoção aos governantes e os vários aspectos da religiosidade em torno do poder imperial. Diante do quadro em tela, este artigo discutirá, a partir da obra *Panegírico de Trajano*, de Plínio, o Jovem, aspectos da religião romana ligada ao culto imperial na época do imperador Trajano, que governou Roma entre os 98 e 117 d. C.

Aspectos do culto imperial na concepção pliniana

A trajetória de Plínio, o Jovem, qualifica este senador de origem equestre como interlocutor para um debate acerca do tema proposto. Nascido na cidade de Como, norte da Itália, no ano 62 d. C., teve participação ativa na administração imperial por meio do exercício das magistraturas romanas. Sua carreira pública e fortuna pessoal permitiu-lhe ascender ao Senado e integrar os círculos políticos mais próximos do poder imperial. Os cargos de seu *cursus honorum* distribuíram-se entre os reinados de cinco imperadores e de duas dinastias diferentes, o que denota mais do que uma simples ligação com os distintos governantes, ou seja, um compromisso pessoal com o próprio sistema político do Principado. Contudo, devemos ressaltar sua ligação com o imperador Trajano, sob o qual ocupou as posições de mais alta distinção: o consulado, as prefeituras do erário militar e do erário de Saturno, a curatela do Tibre e o governo da província romana do Ponto-Bitínia, onde provavelmente faleceu no exercício deste último cargo em 112 d. C. A ligação de Plínio, um senador de origem equestre e oriundo de uma família itálica, com Trajano, o primeiro imperador de origem provincial, é um aspecto marcante desse período, quando ocorria uma extensão da participação política das populações do império para além da *Urbs*, por meio da concessão dos direitos de cidadania e do aumento da inclusão dos membros das elites provinciais nos círculos dirigentes do mundo romano.

A obra de Plínio consiste, em parte, de uma grande coleção de cartas privadas pelas quais ele se correspondia com importantes membros

da aristocracia romana, estas, organizadas em nove livros, completam-se com um décimo, que inclui exclusivamente as missivas trocadas com o imperador Trajano quando o senador governava a província do Ponto-Bitínia. As *Cartas* retratam os diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos do mundo romano na época do Principado sob a ótica de um indivíduo naturalmente envolvido com as questões de seu tempo.

A outra obra de Plínio, que aqui será discutida, é o *Panegírico de Trajano*, um discurso de agradecimento ao imperador que o indicara para cargo de cônsul no ano 100 d. C. Trata-se de um longo texto onde o autor constrói a partir de Trajano o modelo do príncipe ideal baseado em critérios fundamentados por virtudes morais e ideias políticas romanas, bem como pela filosofia estoica. Tal construção inclui a visão pliniana dos limites da divinização do governante, ou seja, um culto imperial coerente com as tradições e, portanto, aceitável aos olhos da aristocracia senatorial. Originalmente, o *Panegírico* era uma *gratiarum actio*, um discurso convencional que, desde Augusto, os novos cônsules dedicavam aos imperadores: “tornou-se um hábito que os cônsules, uma vez terminado o agradecimento geral, proclamem também em seu próprio nome sua dívida para com o príncipe” (*Pan.* 90. 3). Posteriormente, o agradecimento de Plínio a Trajano foi por seu autor remodelado e expandido três a quatro vezes em relação à sua extensão original, sendo recitado diante de seus amigos literatos e, depois, publicado (PEREIRA, 2006, p. 92).

Diante disso, ao analisarmos o *Panegírico*, devemos considerar a ocasião política em que se localiza o discurso, ou seja, os anos iniciais do governo de Trajano, quando a propaganda de seu círculo pessoal era importante para respaldá-lo no poder. Assim, não devemos acolher a obra ingenuamente, sob pena de aceitarmos os elogios do autor como verdades absolutas. Ou seja, devemos problematizar a própria obra em questão, para assim buscarmos intenções implícitas para além de seus elementos mais óbvios. Nesse sentido importa saber que,

Na verdade, todos os textos, sejam antigos ou modernos, de historiadores, políticos, filósofos ou romancistas devem ser considerados como discursos, estruturados por autores específicos para públicos

determinados, visando objetivos concretos bem delineados (FUNARI, 1995, p. 21).

Nesse caso, o aspecto do *Panegírico* a ser questionado é sua função basicamente burocrática. Embora esse fato não descaracterize o discurso de exaltação ou a sinceridade de Plínio, desde o início ele denuncia a obra como sintoma simbólico das relações entre o príncipe e o Senado, pois a elocução de uma *gratiarum actio* era a exigência que um senato-consulta,² datando do reino de Augusto, recomendava aos cônsules endereçarem-se nessas ocasiões ao príncipe que os havia escolhido (DURRY, 1972, p. 86). Devemos entender, portanto, que enquanto panegírico o discurso representa a relação imediata entre Plínio e Trajano, mas como *gratiarum actio* a obra tem também outras significações. Como nos diz Funari (1995, p. 29): “o público pode ser determinado pela forma e pelo conteúdo do texto”, e, nesse caso, a função denuncia as relações entre as forças políticas representadas pelo senador e pelo César. O panegirista assim afirma: “É preciso obedecer ao senato-consulta que, no interesse geral, quis, sob título de ação de graças, pela voz de um cônsul, que os bons príncipes reconheçam o que eles são, e os maus o que eles deveriam fazer” (*Pan.* 4. 1).

Sendo o *Panegírico* produto de um senato-consulta, um tipo de decisão importante e tradicional da cúria, a obra configura-se como um reconhecimento senatorial, na pessoa de um de seus membros, dos benefícios oferecidos à ordem pelo imperador. Porém, outra explicação pode se avizinhar a essa, pois, sabemos que, durante o Principado, o Senado foi pacificado por meio da inclusão elementos da confiança dos Césares, e, muitas vezes simplesmente ratificava as decisões imperiais. Então, sob

² “Decisão tomada oficialmente pelo Senado para resolver um problema particular como, por exemplo, tomar medidas policiais, cuja responsabilidade nenhum magistrado queria assumir. Estas medidas não podiam ser contestadas tão facilmente como o seria a decisão de um magistrado” (GRIMAL, 1999, p. 166). Finley (1997, p. 14) também discute o *senatus consultum ultimum*, enfatizando seu papel nos conflitos sociais da República. Tratava-se, portanto, tradicionalmente, de uma medida de segurança contra conturbações no interior do Estado que neste caso, sob o Alto Império, guardou sua importância adquirindo, porém a função de legitimar a posição do príncipe. Caso exemplar da distorção das instituições republicanas em favor do poder imperial.

essa ótica, a exigência de um pronunciamento de gratidão pode revelar a submissão do *ordo senatorius* ao poder do príncipe. Certamente há uma interdependência entre as duas possibilidades e a coexistência delas nos alerta para fazermos uma leitura cautelosa do entusiasmo pliniano em relação a Trajano. De qualquer forma, a leitura do *Panegírico* mostra seu autor fazendo a elocução do discurso conforme o modelo de Carvalho (2010, p. 28): como um porta-voz investido das intenções do círculo político e social do qual fazia parte, e que via com cautela ambições excessivamente divinizantes de alguns imperadores. E Plínio cumpriu sua função utilizando um instrumento que segundo Carvalho (2010, p. 27) o mundo clássico considerava decisivo: o discurso retórico ideológico, persuasivo e eloquente. Dessa forma, a obra pliniana é aqui entendida como um recurso político, que manifestava a ótica do Senado a respeito do culto imperial visando conciliar neste campo as ações do imperador com as expectativas senatoriais.

Em virtude da ambiguidade do regime imperial³ e das ideias muitas vezes contraditórias que davam sustentação a esse sistema político, as construções, que como o *Panegírico*, serviam também como propaganda política apresentam aspectos paradoxais próprios da necessidade de conciliar as tradições com as realidades políticas. Nesse sentido, Rees (2001, p. 151) aponta no discurso pliniano um paradoxo que opunha a natureza humana e divina do César. Nessa construção, o autor identifica pontos contraditórios, já que os dois aspectos foram exaltados, não sem acuidade, pois em cada extremo havia o risco de prejudicar a imagem do príncipe: humano, como qualquer cidadão, perderia a legitimidade do poder; divino demais degradaria a mesma legitimidade, aproximando-se da postura dos tiranos que o precederam.

A tensão entre a divindade e a humanidade na construção de Plínio reflete a importância propagandística do culto imperial, que por ter

³ No exercício de suas funções os imperadores eram investidos dos poderes republicanos como a *tribunicia potestas* e o *imperium proconsular*, todavia, tais atribuições não estavam claramente sujeitas aos controles tradicionais como a anualidade e colegialidade. Ou seja, embora governassem teoricamente de acordo com as instituições os césares possuíam prerrogativas pessoais com aspectos autocráticos.

sido muitas vezes abusado pelos imperadores precisava ser moderado e compreendido sob a ótica dos valores tradicionais e do estoicismo, pois a *Stoa*⁴ fornecia o respaldo filosófico a uma prática que não poderia se resumir à adoração do governante, principalmente por parte dos membros do Senado. Em relação a isso devemos ressaltar que a divinização era permitida, contudo, ocorria somente após a morte do príncipe, o qual teria direito a essa distinção somente se tivesse desempenhado um bom governo aos olhos senatoriais, pleiteá-la ou atribuí-la a si, em vida, era uma usurpação.

Por isso, buscando ilustrar a imagem de Trajano à luz do culto imperial, Plínio contemplou as questões que favoreciam a aceitação da prática no ambiente conservador da cúria. Assim, a aproximação do imperador ao universo divino é cautelosa: “Que presente do céu é mais precioso ou mais belo que um imperador virtuoso, santo e todo semelhante aos deuses?” (*Pan.* 1. 3). Ocorria que, o culto imperial não era a adoração pura e simples da pessoa do César, principalmente porque o clero tradicional aristocrático de Roma resistia a essa ideia. Além disso, um dos aspectos para a aceitação do regime imperial era a ênfase na humanidade do imperador enquanto *princeps* em oposição à busca de poder e carisma dos que, como Vespasiano, se diziam escolhidos dos deuses (ARCINIEGA, 1981, p. 13). Mas Plínio não abriu mão de utilizar aspectos do culto imperial no *Panegírico*, apesar de que ao se dirigir aos membros do Senado a questão apresentava dificuldades. Cizek (1983, p. 131) informa que, embora o culto imperial tivesse vocação política e inspirasse, inclusive, fervor religioso, ele não era capaz de satisfazer aqueles romanos que haviam recebido uma educação mais racional. É por isso que, para satisfazer sua audiência, o panegirista adotou elementos que se coadunassem com as expectativas.

Nesse aspecto, o apelo ao *mos maiorum* também foi útil à proposta pliniana. Percebemos isso quando ele afirma: “evidente que nosso príncipe nos foi destinado por uma vontade divina” (*Pan.* 1. 4). Acostumados desde

⁴ Pórtico ou *Stoa* (Στοά em grego) era um elemento arquitetônico característico do mundo greco-romano que consistia em um corredor de colunas coberto. Era nele que os estoicos ensinavam, por isso sua doutrina ficou conhecida como estoicismo e também como filosofia do Pórtico.

o início de sua história aos ritos religiosos, que orientavam suas instituições, os romanos aceitariam melhor um imperador enviado pelos deuses. E a abordagem é reforçada: “Não é o obscuro poder do destino, é o próprio Júpiter, diante de todos, que revelou” (*Pan.* 1. 5). Assim, o principal deus do Panteão romano e, por extensão, da religião do Estado é usado por Plínio como legitimador da posição de Trajano sob a ótica tradicional. A descrição da atitude do príncipe em relação ao culto imperial também evoca maior respeito à religião ancestral em oposição à presença da adoração do César:

É com semelhante respeito aos deuses, César, que não sofres quando não se endereçam ao teu gênio para agradecer tua bondade, mas à divindade de Júpiter *Optimus Maximus*: é a ele que devemos tudo o que nós devemos a ti, teus benefícios são obra daquele que te deu a nós (*Pan.* 52. 6).

Por meio da forma como o culto imperial era mais aceito, através da adoração do gênio do imperador, que fora instituído na época de Augusto, é exaltada a recusa de Trajano de se entregar a uma atitude divinizante para além do que a moderação tradicional aceitaria, ou seja, a exigência de que os cidadãos deveriam dirigir ao César agradecimentos que poderiam ser feitos diretamente a Júpiter. Por outro lado, a passagem demonstra que naturalmente os agradecimentos haveriam de ser direcionados a Trajano, mas ele não se mostra tão exigente em relação ao seu direito instituído pelo culto imperial, nesse caso o César abdica de uma atitude avarenta que mancharia a espontaneidade legitimadora do culto imperial.

Tal moderação se fazia necessária por conta da forma como os antecessores de Trajano se comportaram, mesmo quando obedecido os limites da divinização póstuma ocorriam abusos do ponto de vista pliniano: “Tibério deu a apoteose a Augusto, mas para introduzir a acusação de lesa majestade; a Cláudio, Nero, mas por zombaria; a Vespasiano, Tito, a Tito, Domiciano, mas aquele para parecer o filho, este irmão de um deus” (*Pan.* 11. 1). Percebe-se que Plínio busca mostrar que a divinização dos antecessores possuía utilidades exclusivamente políticas e ideológicas das quais os Césares lançavam mão: no caso de Tibério, a acumulação de poderes; no

de Nero, a desqualificação de seu pai adotivo, como forma de legitimar seu acesso ao poder; no de Tito e Domiciano, o fortalecimento da dinastia. Mas este tipo de interesse pragmático, na ótica de Plínio, não moveu Trajano na divinização de Nerva, embora a justificação do panegirista não seja convincente ele afirma: “Tu dedicastes a teu pai um lugar entre os astros, não para assustar os romanos, nem para insultar os poderes superiores, nem para te fazer valer; é porque tu o crês um deus” (*Pan.* 11. 2).

Dada a importância política do culto imperial, Trajano não abriu mão desse importante fator de legitimação de seu poder, pois ele “e seus sucessores Antoninos parecem cercados de uma aura religiosa, da proteção dos deuses e são investidos de um caráter sobre-humano” (CIZEK, 1983, p. 130). Porém, se o culto era algo comum às outras dinastias, às quais degradaram seu verdadeiro propósito, coube a Plínio enfatizar no seu elogio ao César que no novo governo foram desbastados os excessos que o desvirtuaram: “Tu banistes de teu culto o teatro e seus jogos. Poemas sérios e o elogio eterno de nossos anais te celebram, e não esta publicidade efêmera e vergonhosa” (*Pan.* 54. 2). Aqui, como em outras passagens, valores novos e antigos se debatem na idealização de Trajano. Na rejeição dos divertimentos emerge o espírito tradicional do cidadão romano austero, e é somente sob o signo da austeridade que a inovação do culto imperial é aceita. No repúdio às extravagâncias imiscui-se o saudosismo da República que, mesmo sob o novo regime, deveria ser objeto de preservação do príncipe que colhe

O fruto mais glorioso de tua saúde no assentimento dos deuses. Por esta menção se expressa que os deuses devem te conservar sob a condição única de que tu governes bem a República, e no interesse geral, torne-te seguro de ter governado bem a República, pois eles te conservam (*Pan.* 68. 1).

Aqui, a vinculação da política sob o governo de Trajano com tendências republicanas caras ao Senado é a condição para aprovação divina, a qual o César obtém. Contudo, o mais interessante nesta passagem sobre barganhas políticas e divinas é que a República não é colocada apenas

como um desejo da cúria, mas também como um desejo dos deuses, ou seja, Plínio busca construir a ideia de que a ordem romana, a partir da visão celeste, não poderia prescindir dos valores republicanos, dos quais o príncipe deveria ser um guardião. E é por isso que ele faz um “pacto com os deuses [para que] eles te conservem se tu mereceres, sabendo que ninguém sabe melhor que os deuses se tu o mereces” (*Pan.* 67. 7).

O comedimento de Trajano identificado com a noção de *mos maiorum* se expressa na estatuária do príncipe, nela a propaganda vinculada à religião recusa as atitudes exageradas do antecessor Flávio:

Também vemos de ti na entrada de Júpiter *Optimus Maximus* somente uma ou duas estátuas, e ainda de bronze. Ao contrário, há pouco tempo todos os acessos, todos os degraus, o espaço todo inteiramente brilhando de ouro e prata, ou antes, estava contaminado, enquanto que misturadas às estátuas de um príncipe incestuoso [Domiciano], as imagens dos deuses desapareciam sob a sujeira (*Pan.* 52. 3).

Embora Trajano houvesse recebido do Senado o título *Optimus*, que o aproximava de Júpiter, ele não se utilizava de tal distinção de forma tão óbvia como poderia agir se copiasse Domiciano que, de acordo com a passagem do *Panegírico*, buscou sobrepor-se sem possuir o mesmo título. Todavia, não é totalmente conservador quanto à propaganda vinculada ao culto imperial, pois, como afirma Cizek (1983, p. 130), ele introduz o culto de Trajano pai. Embora não se tratasse de uma divinização como fora a de Nerva, o fato é celebrado por Plínio: “Mas tu também, Trajano pai (pois tu igualmente ocupas senão os astros, ao menos um lugar mais próximo dos astros)” (*Pan.* 89. 2). Essa inovação, que poderia ser desqualificada como um abuso, é justificada por Plínio como uma justa recompensa: “Honra a todos os dois [Nerva e Trajano pai] pelo imenso serviço prestado ao Estado, que vos agradece por tal benefício” (*Pan.* 89. 3). O serviço, neste caso, era a paternidade de Trajano, fato que deve ser entendido a partir do contexto de estagnação da natalidade das famílias senatoriais, desde os estertores da República, o que levou Augusto a instituir o benefício do *ius trium liberorum*, uma concessão de vantagens principalmente aos aristocratas que gerassem

em seus matrimônios ao menos três filhos para renovar os quadros do Senado. Assim, tanto Trajano pai, quanto Nerva, que o adotara indicando-o como sucessor, eram importantes benfeitores do Estado, especialmente por terem um filho capaz de governar o império de acordo com os principais aspectos que o *ordo senatorius* buscava preservar, sobretudo na sua própria perpetuação como grupo social privilegiado e crente de sua função política.

Dessa forma, a divinização de Nerva e o culto a Trajano pai não era somente a propaganda do *domus* imperial, mas também do papel que os membros do Senado como elemento fundamental do sistema imperial. Percebemos, assim, que Plínio, por um lado, destaca a moderação do culto imperial de Trajano e de outro, o vincula a aspectos caros à aristocracia senatorial com vistas a não distanciar esse instrumento de legitimação do poder imperial de valores identificados com o *mos maiorum*.

Entretanto, a complexidade da religiosidade em torno do culto imperial não poderia ser respaldada somente sob a ótica da tradição. Sua estreita ligação com o novo regime dificultaria ilustrá-lo somente com dados do passado, apesar de que o culto romano dos ancestrais fosse uma de suas bases. Por isso, Plínio lançou mão, no *Panegírico*, da noção de *virtus*, esta, embora em certos aspectos fosse resultante do respeito ao *mos maiorum*, poderia também ser expressa, em certa medida, de forma independente das reminiscências republicanas. Em outras palavras, como a *virtus* não era um monopólio do discurso republicano, figurava como uma noção propícia para celebrar o culto imperial, legitimador do novo regime que, inevitavelmente, antagonizava com a tradição. Em suma, como noção moral e política a *virtus* independia do sistema em que atuasse e assim transitava pelas intersecções que se construía entre República e Principado.

Conforme explicado, a *virtus* do homem político expressava-se, dentre outras formas, na sua devoção ao Estado romano em detrimento de seus interesses pessoais, familiares ou de círculos de amizade. É exaltando esta atitude de Trajano que Plínio introduz a fala do príncipe em seu discurso:

Eis as reflexões que o agitam dia e noite: “Sim, contra mim, se o interesse público o exigir, eu armei até a mão de meu prefeito; mas os próprios deuses, eu não os adjuro de descartar nem a cólera nem a indiferença,

mais do que isso eu oro e suplico que jamais a República faça em seu prejuízo votos por mim, ou, se ela fizer em seu prejuízo, que ela não seja atendida” (*Pan.* 67. 8).

Na fala que Plínio atribui a Trajano fica clara a percepção de que o imperador era, como que, avesso à realidade política autocrática, adotando, ao contrário, a atitude senatorial que em muitos aspectos vivia ainda sob o signo da *res publica*. Pela consciência dessa divisão, o César subtrai-se em importância em relação ao Estado diante das práticas religiosas, assim, ao abrir mão do papel central, Trajano demonstra sua *virtus*.

A estreita relação entre a política e a religião em Roma fazia com que o comportamento do governante, nas cerimônias oficiais, fosse sondado como indicadores de sua vida privada, comportamento que por sua vez colaborava ou prejudicava sua imagem pública. Nesse sentido, a oposição feita por Plínio entre as atitudes dos outros imperadores e as de Trajano é sugestiva:

Conscientes de seus estupros e de suas noites incestuosas ousariam eles manchar os auspícios e contaminar o campo consagrado com seus passos celerados? Não, eles não desprezavam os homens e os deuses ao ponto de poder, em um lugar tão magnífico, suportar e sustentar os olhares dos homens e dos deuses que a eles se dirigiam. A ti, ao contrário, a simplicidade e a pureza te persuadiram a se oferecer à presença sagrada dos deuses e aos julgamentos dos homens (*Pan.* 63. 7).

No contraste entre os governantes passados e o presente Plínio ressalta a *virtus* de Trajano, a qual permitia ao César apresentar-se imaculado na presença humana e divina, especialmente em ocasiões em que a religião o exigia. Essa excelência moral exigida na vida pública e, neste caso, confirmada pela *pietas*⁵ religiosa do imperador, era um dos pilares que davam corpo ao culto imperial, pois

⁵ Virtude que englobava o respeito pelas obrigações relativas à família, à comunidade, ao Estado e à religião, constituindo, assim, um conjunto amplo de deveres que o romano deveria assumir.

A honra é menor quando ela vem de imperadores que se creem eles mesmos deuses. Mas embora tu tenhas para seu culto erguido altares, *puluinares*, criado um flâmine, tu fazes um deus e tu provas que ele é um deus, sobretudo por tuas virtudes. Em um príncipe que, após ter escolhido seu sucessor, pagou seu tributo ao destino, somente são provas, mas provas infalíveis da divindade, as qualidades de seu sucessor (*Pan.* 11. 3).

Diferente da atitude de outros imperadores, que teriam buscado a divinização como forma de aumentar seu poder e sem respeito pela religião, o culto imperial de Nerva, deveria ser aceito, na ótica pliniana, por se basear na *virtus*. Ou seja, todo o aparato instituído por Trajano em honra de seu pai não era um fato novo, mas o valor que o fazia sobressair era a *virtus*, qualidade que para o panegirista não estava presente nos cultos de outros césares.

A ênfase nessa ideia moral e política como forma de legitimar tanto o apoio divino como o próprio culto imperial introduz o terceiro aspecto que nos propomos a abordar sobre religião e divinização no *Panegírico de Trajano*. O estoicismo era uma filosofia que valorizava as virtudes como forma de aprimoramento do ser humano, por meio do qual o indivíduo aproximava-se do *logos* divino. Assim, a propaganda pliniana, ao destacar a *virtus*, o fazia também como forma de qualificar o imperador como habilitado para a divinização a partir do sentido ético com o qual o estoicismo completava a religião romana, na qual setores da ideologia oficial centravam-se no culto ao príncipe (ARCINIEGA, 1981, p. 9). Nesse sentido, a forma como Plínio descreve a escolha de Trajano alinha-se ao estoicismo:

Foi adequado que não houvesse nenhuma diferença entre um imperador escolhido pelos homens e um imperador escolhido pelos deuses? E esta escolha que eles fizeram de ti, César Augusto, este favor, desde o instante em que tu partiste para o exército, eles manifestaram por um presságio extraordinário. O nome dos outros príncipes não foi revelado àqueles que consultaram os oráculos, quer o sangue das vítimas jorrassem, quer os pássaros voassem para a esquerda; mas tu, como subias conforme o hábito o Capitólio, as aclamações dos cidadãos lançadas por motivo diverso se elevaram em sua direção como se

tu fosses já o seu príncipe; a multidão que cercava o adro no momento de tua entrada abrindo as portas, saúda, aquele que acreditavam então ser Júpiter *Imperator*, mas era a ti, como prova o acontecimento, que ela dava o título. E é exatamente assim que todos interpretaram o presságio (*Pan.* 5. 2-4).

A flagrante busca de legitimar a escolha de Trajano por meio de um presságio divino, expressa a presença da filosofia estoica pelo fato de que esta valorizava essas formas de manifestações religiosas que, embora consideradas primitivas, eram aceitas como forma de conexão com o *logos*. A leitura que a historiografia faz do acontecimento que gerou tal passagem evidencia ainda mais a intencionalidade pliniana:

Quando Trajano, ante de partir para a Germânia, cumpriu os votos aos deuses, a multidão o aclamou com se já fosse o imperador. Plínio, em seu *Panegírico*, modificou esta aclamação popular em um presságio dos deuses, quando na realidade se tratava de uma demonstração pública dos cidadãos que apoiavam sua candidatura ao poder (BLÁZQUEZ, 2003, p. 44).

Este aproveitamento que Plínio fez do ocorrido é sugestivo pelo fato de que o panegirista, mesmo tendo Trajano recebido a aclamação popular, soma outro argumento à situação. O apoio do povo tinha sua importância, e é sobre ela que ele constrói, a partir de um aspecto tradicional da religião romana, os presságios, uma aprovação em conformidade com os preceitos da filosofia estoica.

Essa identificação entre estoicismo e religião romana, no período em questão, ocorreu porque os ritos antigos perderam credibilidade e cederam espaço para a filosofia. Embora prevalecesse o monoteísmo, havia compatibilidade com os antigos cultos romanos (CIZEK, 1983, p. 129), processo que pode ser também entendido como complementação ética e moral da religião romana que não era somente uma instituição reprodutora do sistema, mas também agia nos processos de transformação (ARCINIEGA, 1981, p. 8), neste caso a necessidade permanente de aceitação do poder imperial frente às tradições.

A *Stoa* não substituiu a religião tradicional, ao contrário, foi um aporte revigorante pautado na *virtus* e no *mos maiorum*. E, em se tratando da religiosidade em torno do culto imperial, o Pórtico oferecia uma leitura filosófica mais satisfatória sob a ótica senatorial. Ademais, é sob o filtro do estoicismo que Plínio se permite comparar Trajano aos deuses, pois não se tratava de uma divinização gratuita, mas sim de uma condição atestada pela *virtus* do príncipe:

Que intensidade de amor, que agulhões, que chamadas nos ditaram estas aclamações! Foram, César, não palavras sugeridas por nossas imaginações, mas por tua virtude e teus méritos, palavras que jamais uma adulação encontrou, que o medo jamais arrancou de ninguém (*Pan.* 72. 5).

A espontaneidade que Plínio procura imprimir na devoção estimulada pela *virtus* do príncipe opõem-se à atitude de outros imperadores que se impunham ao Senado, ordenando, inclusive, seu culto em vida, como fizera Domiciano que exigia ser chamado *dominus et deus* (CHAMIZO, 2003, p. 126). Assim:

Se outro tivesse um só destes títulos, há muito tempo ele teria uma auréola, e em meio aos deuses um assento seria colocado para ele feito em ouro e marfim, e diante dos altares sacrificar-lhe-iam vítimas maiores. Tu penetras nos santuários somente para adorar; para ti a maior honra é velar diante dos templos e no limiar de suas portas. É porque os deuses te conservam no topo do poder humano, pois tu não cobiças o poder divino (*Pan.* 52. 1-2).

A construção pliniana das virtudes do César, em consonância com a ambiguidade do regime e as dificuldades ideológicas do culto imperial, equilibra-se no paradoxo apontado por Rees (2001, p. 156) entre a humanidade e a divindade e, embora o afaste dos abusos anteriores, delinea uma imagem sobre-humana de Trajano como imperador:

Frequentemente, país conscritos, pergunto a mim mesmo que grandes qualidades deveria ter aquele que com um gesto do seu poder rege mares e terras, paz e guerras; enquanto eu imaginava e representava um príncipe digno de um poder comparável àquele dos deuses imortais, jamais, mesmo em sonho, saberia conceber a semelhança daquele que está diante de nós (*Pan.* 4. 4).

A exaltação das características divinizantes de Trajano como indivíduo amplamente capacitado para gerir o império, que para os romanos correspondia ao mundo civilizado, obedece à lógica da teologia estoica que concebia deus como determinante e sentido de todas as coisas, destino e providência (ALGRA, 2006, p. 178). E, por ocasião da seca no Egito, então sob o domínio romano, Plínio ilustra em Trajano o aspecto mais favorável dessa visão, ou seja, a resolução dos desacertos do universo:

O que seria feito desse país tão fecundo se ele fosse livre; ele seria humilhado por esta esterilidade incomum; e ele não se envergonharia menos da fome que o torturava; então tu o livraste da necessidade e da humilhação. Estupefação dos trabalhadores diante dos celeiros que eles não haviam abastecido: de quais campos esta colheita chegou ao rio? Em que outra parte do Egito haveria outro Nilo? Assim, graças a ti a terra não foi avara, e se o Nilo, em sua complacência, se mostrou frequentemente mais generoso para o Egito, jamais ele foi melhor para nossa glória (*Pan.* 31. 6).

Embora, como dissemos, a ênfase tenha recaído sobre a intervenção providencial de Trajano, ao socorrer o Egito, remetendo àquele país os cereais colhidos em outras regiões do império, a própria seca apresentou-se como a oportunidade para o César, e também para Roma, provar sua capacidade superior de sanar um problema que sobrepunha os egípcios. Esse desempenho do César é completado pelo panegirista ao identificá-lo com Júpiter que, no âmbito da religião ilustrada pelo estoicismo, era compreendido como o princípio governador do cosmos (ALGRA, 2006, p. 185), por conta da adaptação da tradição a essa filosofia:

É assim, creio eu, que o pai do mundo tudo regula com um sinal de sua cabeça, quando ele lança seus olhares sobre a terra e digna-se contar os destinos humanos entre as ocupações divinas; doravante, livre e dispensado desta parte, ele se ocupa apenas do céu desde que ele te deu a nós para substituir seu papel a respeito de todo o gênero humano. Tu o substituis e tu és digno de quem em ti confiou, pois cada um de seus dias transcorre para nossa maior bem e por tua maior glória (*Pan.* 80. 4-5). Também o pai dos homens e dos deuses é adorado primeiro sob o título de *Optimus*, apenas depois sob aquele de *Maximus*. Ainda mais brilhante é teu mérito, tu que é aos olhos de todos não menos *Optimus* que *Maximus* (*Pan.* 88. 8).

Dessa forma, a atuação providencial de Trajano na gestão do império, como ocorreu no socorro ao Egito, é um dos encargos que o César assumiu ao substituir Júpiter no que tangia às questões terrenas que, por conta da abrangência do império, era responsabilidade do príncipe, ou seja, o mundo civilizado vivia sob a direção de Roma e da *Urbs*, que por sua vez, eram regidas pelo César. A amplitude geográfica e a diversidade cultural presente no interior do império contribuíam para que ele fosse compreendido como um universo. Junto a isso havia o poder do príncipe, que deveria velar pela paz, prosperidade, segurança e estabilidade desse cosmos. Esses eram fatores que ajudavam na constituição de um perfil divino do governante, a partir de conceitos da *Stoa*, filosofia que, ademais, tinha uma leitura cosmopolita do mundo, o que favorecia a integração do espaço romano sob seus diversos aspectos, inclusive o religioso, na forma do culto imperial.

Considerações finais

Vimos, portanto, que o sistema político do Principado exigia uma complexa conciliação de valores e ideias por parte daqueles que se propunham a ilustrar modelos de homens políticos que não provocassem entrechoque dos padrões esperados com os padrões exigidos e aceitos para as figuras públicas, especialmente para o imperador. Ressaltamos que no

discurso pliniano, embora amplamente favorável à figura de Trajano, não se deve aceitar que o único objetivo do autor foi exaltar a figura do governante. Antes disso, o destaque e a convergência do caráter natural do César junto com elementos introduzidos por Plínio a partir dos conceitos apontados funcionam como uma forma de ação de um modelo sobre a realidade, ou seja, sobre o próprio governante. Dessa forma, podemos também entender o *Panegírico* como uma forma de persuadir Trajano a reconhecer suas próprias virtudes e empenhar-se a assumir os valores desejados como forma de aperfeiçoar-se no exercício de seu poder.

Em relação ao culto imperial e a religiosidade inerente ao governante e ao regime, Plínio esforçou-se na construção de um discurso que exaltasse as virtudes superiores do imperador, sem abusar de imagens demasiadamente divinizadoras. Não desprezando a vocação política do culto imperial, o panegirista buscou associar ao governante a predestinação e a capacidade divina a partir da conciliação entre valores caros ao *mos maiorum* e ao estoicismo. A ênfase nos auspícios que indicavam a aprovação dos deuses à ascensão de Trajano ao poder buscava respaldo na religiosidade tradicional do Estado. A recusa de uma divinização explícita, a seriedade e a simplicidade em torno do culto demonstravam o respeito do príncipe ideal aos valores ancestrais, reforçado, ainda, pela disposição em condicionar o apoio divino à valorização do César para com as diretrizes políticas republicanas. Assim, pelo respaldo da tradição e do racionalismo filosófico da *Stoa*, a divinização do príncipe tornava-se coerente e aceitável, permitindo a propaganda, por essa via, na qual Trajano era considerado um governante favorecido pelos deuses e dotado também de qualidades divinas, com as quais protegia e fazia prosperar o mundo romano.

Agradecimentos

Agradecemos aos pareceristas anônimos que avaliaram este artigo, pois seus comentários e sugestões foram essenciais para aprimorar a qualidade do texto. Quanto às ideias aqui apresentadas, ressaltamos que elas são de inteira responsabilidade dos autores.

Referências

Documentação primária

PLINE LE JEUNE. *Panegyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. 4. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

Obras de apoio

ALGRA, K. Teologia estoica. In: INWOOD, B. (Org.). *Os estoicos*. São Paulo: Odysseus, 2006, p. 171-198.

ARCINIEGA, A. P. Ideologia de las religiones romanas no oficiales: notas sobre la función ideológica de la religión romana. *Memórias de Historia Antigua*, n. 5, p. 7-18, 1981.

BLÁZQUEZ, J. M. *Trajano*. Barcelona: Ariel, 2003.

CARVALHO, M. M. de. *Paideia e retórica no Séc. IV*: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno. São Paulo: Annablume, 2010.

CHAMIZO, J. C. S. La imagen de Trajano en las fuentes literárias. In: FERNÁNDEZ, J. G. (Org.). *Trajano, Óptimo Príncipe*: de Itálica a la corte de los Césares. Sevilla: Fundación El Monte, 2003, p. 121-140.

CIZEK, E. *L'époque de Trajan*: circonstances politiques et problèmes idéologiques. Paris: Les Belles Letres, 1983.

FINLEY, M. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica*: a História e a cultura a partir dos documentos. Campinas: UNICAMP, 1995.

GRIMAL, P. *O império romano*. Lisboa: Edições 70, 1999.

PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica*: cultura romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PEREIRA, V. S. Plínio e a sombra tutelar de Cícero. *Ágora*, n. 8, p. 79-104, 2006.

REES, R. To be and not to be: Pliny's paradoxical Trajan. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, n. 45, p. 149-168, 2001.